



ECOS DE(SDE) JUNHO DE 2013

ECHOES FROM (SINCE) JUNE 2013

Marco Antonio Perruso

Professor Associado de Sociologia da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ, atuando na graduação e pós-graduação em Ciências Sociais. Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, com pós-doutorado em Ciência Política pela Universidade de São Paulo – USP. Autor de *10 anos de Junho de 2013: da crise do Lulismo à derrota de Bolsonaro, Em busca do “novo”: intelectuais brasileiros e movimentos populares nos anos 1970/80*; co-organizador, com Mônica da Silva Araújo, de *Ciência e política: memórias de intelectuais*; com Fabio Luís Barbosa dos Santos e Marinalva Silva Oliveira, de *O pânico como política: o Brasil no imaginário do lulismo em crise*.

RESUMO

Este ensaio revê junho de 2013, dez anos depois, a partir de dois ângulos específicos: da trajetória histórica brasileira, que sempre oscilou dialeticamente entre duas forças sociais que se repõem de modo contínuo: o liberalismo e o nacionalismo; e da agência política e cultural de nossas classes populares, que tantas vezes reagiram aos dois diferentes estilos de dominação de classe definidos pelas forças sociais acima referidas – um com base no mercado, mais excludente e conservador, outro com base no Estado, capaz de incluir subalternizadamente atores oriundos do mundo do trabalho. Sigo, portanto, a trilha que passa pela ascensão, queda e renascimento do lulismo. Nesse contexto, junho de 2013 é fenômeno bastante enraizado no mundo da exploração e opressão do trabalho que tende a estruturar a nossa desigualdade social, espacial, rural, racial, de gênero – notadamente em relação aos excluídos do pacto social lulista. Concluo registrando que junho não teve forças para alterar decisivamente a dialética política intraburguesa dominante em nosso país. Tal situação perdurará enquanto as lições das jornadas não forem experienciadas por novas gerações ativistas nas ruas, como parece ser inevitável em sociedades brutalmente desiguais como a nossa, cujas carências não são passíveis de solução por meio das instituições ora vigentes.

PALAVRAS-CHAVE: movimentos sociais; cultura política; lulismo.

ABSTRACT

This essay reviews June 2013, ten years later, from two specific angles: the Brazilian historical path, which has always oscillated dialectically between two social forces that continuously reposition themselves: liberalism and nationalism; and the political and cultural agency of four popular classes, which so often reacted to the two different styles of class domination defined by these social forces – one based on the market, more excluding and conservative, the other based on the State, able to include subaltern actors from the world of work. I follow, therefore, the way which goes through the rise, fall and rebirth of Lulism. In this context, June 2013 is a phenomenon further rooted in the world of exploitation and oppression of work that tends to structure our social, spatial, rural, racial, gender inequality – notably in relation those excluded from the Lula social compromise. I conclude by registering that June did not have the strength to decisively change the dominant intra-bourgeois political dialectic in our country.



This situation will last as long as the lessons of the days are not experienced by new generations of activists on the streets, as seems to be inevitable in brutally unequal societies like ours, whose needs can not be solved by means of the institutions currently in force.

KEYWORDS: social movements; political culture; lulism.

Introdução

Este artigo – na verdade, um pequeno ensaio¹ – revê junho de 2013, dez anos depois, a partir de dois ângulos específicos:

- 1) da trajetória histórica brasileira, que sempre oscilou dialeticamente entre duas forças sociais que – contraintuitivamente – se repõem de modo contínuo: o liberalismo e o nacionalismo;
- 2) da agência política e cultural de nossas classes populares, que tantas vezes (via anarquismo, marxismo, quilombismo, comunidades de base indígenas ou católicas, novo sindicalismo, novos movimentos sociais etc.) reagiram aos dois diferentes estilos de dominação de classe definidos pelas forças sociais anteriormente referidas: um com base no mercado, mais excludente e conservador, outro com base no Estado, capaz de incluir subalternizadamente atores oriundos do mundo do trabalho; portanto, tal agência constitui uma terceira força social.

Ao contrário do que se poderia depreender da turbulenta conjuntura brasileira dos últimos anos, que nos polariza entre um populismo reacionário que se apresenta como liberal e um progressismo nacionalista visto como de esquerda, sempre houve uma alternativa societária. O próprio PT nasce se opondo tanto ao mercado quanto ao Estado como motores do crescimento, desenvolvimento ou mudança social: sua proposição original era que os movimentos da classe trabalhadora constituíam o único caminho para um país mais justo. Tais movimentos eram considerados os verdadeiros motores de uma transformação radical e necessária em uma sociedade tão desigual como as da periferia do capitalismo, nosso caso. Essa aposta nas ruas, na participação política combativa e autônoma realizada desde as bases da

¹ O presente artigo em grande medida é originado do meu livro a respeito dos 10 anos de junho de 2013 (PERRUSO, 2023).



sociedade – não verticalmente, de cima para baixo – foi recolocada na cena política nacional por junho de 2013. A diferença e a ruptura histórica correspondem ao fato de que o primeiro grande levante popular brasileiro no séc. XXI ocorre sob – e questionando – um governo tido (erroneamente, frise-se) de esquerda. Daí ter havido essa situação aparentemente inusitada – mas tão comum à trajetória da esquerda mundial: políticos profissionais, há tempos atuando privilegiadamente em executivos e parlamentos, deparam-se com atores que, como eles no passado, emergem de uma sociedade civil ou de uma agitação social de extração popular. Eles não só tinham esquecido as lições movimentistas por meio das quais nasceram enquanto personas políticas, como decididamente as consideravam ultrapassadas ou não mais replicáveis (ao menos, não contra eles próprios...).

Junho de 2013 se encaixa em vários contextos. Primeiro, em perspectiva planetária, no conjunto das mobilizações multitudinárias que abalaram inúmeros países mundo afora, cujas classes populares – mais ou menos heterogêneas – manifestavam suas insatisfações com um sistema econômico e político incapaz de dar conta de suas necessidades. O referente maior aqui foi a crise generalizada do capitalismo a partir de 2008 – que demorou a chegar ao nosso país, mas quando o fez não foi como a “marolinha” que Lula demagogicamente prometia. Outro, tão importante quanto, consistiu na incapacidade de democracias burguesas/liberais/representativas – bem como de ditaduras, por óbvio – responderem aos anseios dos que vivem do próprio trabalho.

O segundo contexto, ainda além do plano nacional, consiste na circunstância de que as revoltas populares mundiais manifestam-se na América Latina como protestos da sociedade civil contra Estados governados por correntes políticas mais ou menos progressistas. Na verdade, típicos regimes de conciliação de classes, compostos por representantes populares bem como por setores burgueses, todos no mesmo pacto social.

Por último, tratando propriamente do Brasil, caso exemplar dessa “onda rosa” latino-americana, nossas jornadas de junho não poderiam deixar de abalar a hegemonia política então vigente, o lulismo (SINGER, 2012) – o qual, por sua vez, constitui enquadramento inescapável para analisar-se o objeto deste artigo. O pacto político lulista, que reempoderava gradativamente as forças do “atraso”, sempre presentes no condomínio do poder nacional (no caso de Lula e Dilma, via Centrão),² via sua ascensão chegar ao ápice, até junho de 2013 começar a prenunciar sua queda. Ao contrário do que muitos dizem, sem junho o resultado seria o mesmo, embora por caminhos diversos: pois toda hegemonia política burguesa nas democracias modernas, independentemente de se apresentar como direita ou esquerda, tem hora para acabar, não é eterna.

Ascensão, queda e renascimento do lulismo são, portanto, a trilha que sigo, buscando sempre olhar mais detidamente as movimentações e organizações populares como agentes maiores das mudanças societárias, na perspectiva – já tornada clássica – de uma “história dos vencidos” ou uma história dos “de baixo”.

Nesse sentido, e ao inverso do que as narrativas dominantes do senso comum propagam, junho de 2013 é fenômeno bastante enraizado no mundo da exploração e opressão do trabalho que tende a estruturar a nossa desigualdade social, espacial, rural, racial, de gênero. Notadamente em relação aos mais ou menos excluídos do pacto lulista – mulheres, negros, indígenas, populações tradicionais e LGBTQIAP+, entre outros grupos sociais que dele extraíram ganhos muitíssimo menores (e perdas muito maiores) que o agronegócio, o extrativismo predatório, as empresas privadas “campeãs nacionais”, os bancos (estes últimos, segundo Lula, nunca teriam ganho tanto sob os governos do PT). Nada de novo aqui, tal é a experiência histórica das políticas populistas, caso do neodesenvolvimentismo lulista – como se deu

² A respeito, veja-se Nobre (2013).

com o trabalhismo varguista antes do golpe de 1964 – a experiência de matriz nacionalista original.

Também é recorrente nesse tipo de hegemonia social a marginalização política dos segmentos do movimento popular e sindical que são mais ativos e radicalizados – por isso, mais independentes dos esquemas clientelistas do populismo. Tais setores já vinham se mobilizando enquanto oposição de esquerda aos governos do PT, criticando e combatendo tanto seus fracassos na diminuição da desigualdade quanto seus sucessos no que tange ao desenvolvimento capitalista nacional. Mais empregos eram obtidos pelos trabalhadores, mas em sua maioria precários, temporários ou subremunerados. Nas cidades, o transporte público era cada vez pior, agravando a péssima situação da mobilidade urbana que até hoje presenciamos, a qual atinge mais fortemente os pobres. O “inferno urbano” nosso de cada dia era, e é, vivenciado pelas classes populares por meio de nossa típica “sociabilidade violenta” (Silva, 2004): a criminalidade, a letalidade policial e o encarceramento em massa aumentaram passo a passo com o crescimento econômico sob o lulismo.³

Junho de 2013 na história do Brasil do século XXI

As disputas políticas, sociais e culturais se acirraram no Brasil deste século, conjuntura inaugurada justamente pelas jornadas de 2013, que relembaram a todos, de modo abrupto, o quão conflituosa é nossa sociedade em sua trajetória e como são finitas as possibilidades de amortecimento das lutas de classes. A última experiência nessa direção é a que agora voltamos a viver, de hegemonia lulista, ainda que atualmente precária.

As mobilizações daquele ano expressaram um grande repúdio à política institucional burguesa que, até então, fora dominada pelos governos

³ A respeito de um balanço do período lulista, veja-se: Santos, Perruso e Oliveira (2020). Mais especificamente, a respeito da precarização e terceirização nas relações de trabalho: IHU on-line (2015); e sobre o encarceramento da pobreza (inclusive a negra e feminina), Pellegrini (2015).



neoliberais de Fernando Henrique Cardoso e pelos governos neodesenvolvimentistas de Lula e Dilma. Uma revolta popular de tal gigantismo certamente teria resposta das forças defensoras da manutenção do *status quo*. Outros grandes movimentos contestatórios da história, como os juvenis/estudantis/étnicos/feministas/LGBTQIAP+ nos anos 1960 na América do Norte e na Europa foram, em muitas situações, sucedidos por governos reacionários. O caso do Brasil não precisaria ser diferente.

Essa reação aos movimentos de 2013 iniciou-se com a repressão violenta à juventude e aos trabalhadores que foram às ruas, perpetrada indistintamente pelos governos do PT, PSDB e PMDB. A seguir, se deram três outras reações à revolta e à insatisfação popular contra velhas e novas direitas.

Primeiramente, em oposição ao desencanto com a política institucional expresso pelas jornadas de junho, houve uma onda de engajamento na campanha eleitoral de 2014. Esse fenômeno se processou como se, em resposta a trabalhadores e jovens que vão às ruas desde 2013 (afirmando a necessidade e a radicalidade da democracia participativa enquanto uma saída possível para nossas classes populares), os representantes na sociedade civil dos partidos da ordem – PT, PSDB, PMDB etc. – reafirmassem a adesão à democracia representativa como única alternativa viável – versão contemporânea da longa tradição brasileira de apassivamento político das classes populares e de arrefecimento das lutas sociais. Em 2014 se deu inclusive um contramovimento na esquerda: o PSOL, que nasceu contra o PT face à reforma da previdência de 2003, inicia seu caminho de volta ao ventre (concluído em 2022/2023 com o apoio a Lula 3). Na campanha que levou Dilma à disputada reeleição, pessoas de longa tradição de militância e devidamente vacinadas em relação ao marketing político passaram não só a considerar, equivocadamente, que o discurso de Dilma era de esquerda – mais grave, a acreditar que o falado nas eleições seria o praticado pelos candidatos uma vez eleitos. E não percebiam, no caso em questão, que quanto mais Dilma

era ameaçada por Aécio, mais podia radicalizar seu discurso e mais tinha condições de fazer o contrário do que discursava, colocando em prática o governo que Aécio faria, como vimos logo a seguir.

Em segundo lugar, em resposta aos avanços obtidos pelos trabalhadores por conta de suas lutas desde o processo de redemocratização iniciado nos anos 1970 (muitas vezes lidos de modo reducionista como conquistas exclusivamente institucionais e benesses governamentais via Constituição de 1988, leis e políticas públicas do lulismo), desenvolveu-se uma reação conservadora, o qual se alimenta – até hoje – do desgaste dos anos seguidos de governos do PT. Dois pontos devem ser destacados aqui: não se trata de uma onda conservadora que implementa retrocessos, mas de uma reação que tenta frear as lutas e conquistas de múltiplas militâncias populares e identitárias. Além disso, embora o PT sofra com a reação conservadora, esta foi também protagonizada pelo governo Dilma, que mostrou seu conservadorismo seja no programa eleitoral atrasado no campo dos valores (vide as questões do aborto e dos direitos LGBTQIAP+), seja no grande repertório de medidas antidemocráticas efetivadas (Lei da Copa, Lei Antiterrorismo, ataques à organização sindical do funcionalismo público, repressão aos movimentos sociais combativos e à juventude negra pobre etc.). A reação conservadora se revela mais claramente a antípoda, não do PT, mas das jornadas de junho, quando se desdobra em bandeiras como a redução da maioridade penal, cujo foco é exatamente retaliar e criminalizar a juventude que massivamente ia às ruas desde 2013.

Por fim, houve uma terceira resposta às jornadas, desta vez especificamente de parte dos setores progressistas de nossa sociedade civil, diante do dismantelo da legitimidade política e cultural de sua narrativa hagiográfica sobre os feitos do neodesenvolvimentismo de Lula e Dilma. Em meio à crise em que os governos do PT e as classes dominantes meteram os trabalhadores entre 2014 e 2016, a reação da intelectualidade lulista consistiu, pateticamente, na manutenção dessa ultrapassada narrativa. Só que esta



passou a girar em falso, pois ficou nítido para parte dos segmentos populares nacionais o abismo que havia entre a dura realidade de arrocho dilmista a elas imposta (com cortes generalizados no seguro-desemprego, saúde, educação etc.), por um lado, e o discurso da virtuosidade das políticas públicas lulistas, por outro. Essa situação perdurou até o interregno de Temer e foi alterada com o advento do bolsonarismo.

Esse inconformismo de parte do campo intelectual brasileiro diante da derrocada do lulismo é bem exemplificado pelas bizarras tentativas de relacionar as jornadas de junho de 2013 – horizontalizadas, radicalizadas, populares e jovens – com as manifestações pelo impeachment de Dilma em 2015 – verticalizadas, elitistas, embranquecidas e envelhecidas. O que mais dizer de uma comparação que vê identidade entre, de um lado, movimentos que recusam carros de som, repudiam políticos tradicionais e entram em confronto físico com a polícia militar, e, de outro, movimentos dirigidos por trios elétricos que confraternizam com políticos conservadores e membros das forças repressivas por meio de selfies?

Tal postura intelectual, que veio a ser reforçada pela emergência do bolsonarismo (a ameaça de uma extrema-direita no poder), está na raiz da narrativa conspiratória que muitos setores lulistas propagam até hoje sobre 2013, girando em torno de espantalhos como “guerra híbrida” e “revolução colorida”, clichês importados com fins propagandísticos. Ocorre que tal narrativa não encontra base factual: quer se trate do repertório político ou das pautas levantadas, quer se verifique quais os marcadores sociais dos grupos que efetivamente foram às ruas em 2013.⁴ A contrário de 2015 em diante, em 2013 não encontramos significativamente nas ruas uma suposta “classe média” reacionária – ou mesmo um lumpesinato manipulado (o que seria

⁴ Veja-se os levantamentos de dados e interpretações sobre junho de 2013 em Perruso e Narvaes (2015) e Velho, Moraes e Perruso (2018). Neste último há um elenco mais completo de fontes e autores coligidos.

ainda mais preconceituoso, diga-se). Muito menos, semelhanças nas reivindicações ou formas de ação política. O que as informações nos dizem é que se tratava majoritariamente de camadas das classes trabalhadoras e populares já com nível significativo de capital escolar/cultural, as quais estavam se socializando politicamente pela primeira vez e por fora da órbita lulista, alterando o campo movimentista nacional (PERRUSO; NARVAES, 2015; BRINGEL; PLEYERS, 2015).

Na verdade, as manifestações em defesa de Dilma, entre 2015 e 2016, atestaram todo o envelhecimento do padrão de politização das redes societárias petistas/cutistas. Seus atos foram absolutamente tradicionais e hierárquicos: grandes palcos e estruturas, figuras públicas do mundo parlamentar burguês dominando os discursos, artistas consagrados se apresentando e falando a velhos e novos fãs. As manifestações foram exclusivamente demonstrativas, isto é, apenas levaram gente às ruas para pressionar o Congresso; ocupações e outras modalidades de ação direta não foram cogitadas. Como não poderia deixar de ser, as lições mobilizatórias das jornadas de 2013 – horizontalidade, espontaneidade, radicalidade, presença ostensiva no espaço público urbano, ocupações e pichações de símbolos institucionais do poder público e privado, enfrentamentos com as forças repressivas etc. – continuam sendo tabus para os lulistas. Ademais, fica demonstrado, inadvertidamente, que o repertório político e os marcadores sociais de classe e geração dos que foram às ruas contra e a favor de Dilma são similares, tanto quanto ambos discrepam dos de junho de 2013. Algo que a intuição popular percebeu (AGÊNCIA BRASIL, 2016).

Considerar legado das jornadas de junho uma escalada fascista ou uma ascensão conservadora não se sustenta apenas no âmbito científico. Do mesmo modo em termos políticos, pois nesse plano revela-se a distância que se quer tomar do imperativo da realização de uma crítica profunda da insuficiência redistributiva (PERRIN; PORTINARI, 2017), da insustentabilidade do neodesenvolvimentismo, da sistemática retirada de

direitos, dos processos de desarticulação dos movimentos sociais, da criminalização das organizações dos trabalhadores e de todas as alianças espúrias operadas pelo lulismo em favor das classes dominantes.

Todos esses fenômenos – eles, sim, responsáveis pela ascensão da extrema-direita no Brasil⁵ – foram tematizados e repudiados, direta ou indiretamente, pelas enormes massas populares nas ruas de(s)de junho de 2013. Parte da esquerda brasileira, a maior e mais visibilizada eleitoralmente, deixou de explorar as contradições da crise de hegemonia que vivemos até hoje, abrindo mão da vocação socialista e revolucionária por excelência: explicitar para os trabalhadores que não há solução nos marcos do sistema burguês. Em vez disso, optou por temer Bolsonaro acima de tudo – veja-se, p.ex., Miguel, 2021 – e por defender nossa democracia liberal/representativa corriqueiramente de baixa intensidade. Obviamente, o “fascismo” (melhor dizendo, o populismo de extrema-direita) e a falência da esquerda brasileira não são heranças das jornadas, mas deslocamentos societários e ideológicos que se fizeram contra junho de 2013, os quais foram expressos, na política institucional, pelo fato de Michel Temer, Henrique Meirelles, Romero Jucá, Eduardo Cunha, Kátia Abreu e outras figuras deixarem o condomínio de poder lulista. A insatisfação popular com a política tradicional poderia ter sido massivamente politizada à esquerda, mas foi facilmente capturada pelo bolsonarismo.

Ainda mais grave: sob o ângulo da necessária democratização econômica/social/política de que precisamos, as grandes mobilizações de junho – longe de terem sido um “raio em céu azul” (outra expressão desatenta sobre 2013) – enquadraram-se num cenário nacional de retomada das lutas sociais desde ao menos o início da década: greves conduzidas por sindicatos e oposições sindicais, os diversos “Ocupas”, protestos contra grandes eventos e

⁵ Veja-se, por exemplo, no campo econômico, Cucolo (2020); e sob o ângulo da política, Contente (2020).

obras do neodesenvolvimentismo petista, lutas de mulheres e negros por direitos humanos, as massivas ocupações de escolas por todo o Brasil, a greve geral contra Temer em 2017, o levante estudantil contra Bolsonaro no início de 2019, os breques dos APPs durante a pandemia etc. As jornadas já tinham nos ensinado, desde a conciliação de classes interrompida em 2016, que ninguém é dono das ruas. Mas o lulismo e a esquerda institucional optaram por cedê-las à direita cada vez mais extremista e autoritária, confiando nas instituições e na passividade popular, em desfavor do legado emancipatório das jornadas de junho. Decerto que muitos preferem Lula a Bolsonaro na hora de votar, mas não se animam às ações coletivas em torno dos mesmos nomes e pautas de sempre do campo petista/cutista.

Conclusão incômoda: de Lula a Lula, via Bolsonaro

Um dos maiores legados de 2013 se fez presente nas eleições de 2022: o passe-livre para eleitores no primeiro e segundo turnos em várias cidades brasileiras. A questão da mobilidade urbana e a demanda por transporte público gratuito atualmente são assuntos não mais interditados do debate público, como acontecia antes do advento das jornadas. Sem dúvida, junho não teve forças para alterar decisivamente a dialética política intraburguesa dominante em nosso país. Nem teria como, dada a transição do campo movimentista que ainda vivemos, em que – parafraseando Gramsci – o “novo” não emergiu, sob os escombros dos velhos, mas resilientes neoliberalismo e nacional-desenvolvimentismo. Tal situação perdurará enquanto as lições das jornadas não forem experienciadas – positiva ou negativamente – por novas gerações ativistas.

Assim, aquela dialética política persiste. No entanto, piorou de qualidade, radicalizando a toada populista e carismática: de um lado, o Mito “patriótico”, do outro, o Pai dos pobres do séc. XXI. Piorou, no meu entender, pois toda a agitação popular dessa década, notadamente em 2013, desnudou as múltiplas e generalizadas crises capitalistas que pesam sobre nossos



ombros de modo desigual: precarização do trabalho, miséria, desastres ambientais, racismo/machismo estruturais e falta de motivação democrática sob o jugo de mercados desregulados e Estados burocratizados. Os cultos messiânicos à personalidade, à direita ou à esquerda, conseguem cativar multidões pelas redes sociais, mas sempre de modo dependente dos calendários eleitorais. Na rotina diária, todavia, é evidente o mal-estar com as sociabilidades burguesas vigentes no capitalismo tardio.

O ascenso da extrema-direita se alimenta desse mal-estar, transformando-o em ressentimento popular e em desgovernos que não lograram reeleger seus bufões genocidas, tanto aqui como nos Estados Unidos. No caso brasileiro, Bolsonaro foi derrotado inclusive em suas próprias guerras culturais, mormente tenha dividido o país desigual que sempre fomos. Apesar de governar preferencialmente para os mais ricos, teve que copiar as políticas sociais lulistas para ter chances eleitorais (SAKAMOTO, 2021; FARIA, 2021) e acenar para o Brasil mais jovem que ecoa na perspectiva das jornadas de junho, por mais direitos e melhores condições – e opções – de vida.

Lula também assim procede, embora tenha se cercado de opositores notórios do passe-livre e do transporte público, como Alckmin e Haddad. Promete mais políticas sociais, ao tempo em que tenta repetir as velhas políticas rodoviaristas pró-automóveis particulares, que engarrafam e atribulam a vida urbana, principalmente dos mais pobres e vulneráveis.

De qualquer forma, em direção contrária a certas narrativas sobre as manifestações de 2013, que beiram as fakenews,⁶ no conjunto dos legados de junho devem ser incluídas não apenas as movimentações sociais dos subalternizados que se deram posteriormente (greves de garis e metroviários, ocupações estudantis, entre tantas outras), mas também a própria derrota

⁶ Mas que, na minha impressão, foram ofuscadas por leituras mais produtivas e fidedignas por ocasião da efeméride de 2013, tal o eco das jornadas na memória coletiva nacional.

eleitoral de Bolsonaro. Pois ele, melhor que qualquer outro, expressou o fechamento institucional às demandas populares por mais direitos, buscando desvirtuá-las simultaneamente a um falseamento do sentimento antissistêmico e da lógica democrática das ruas (estas já estavam sendo tratadas pelo lulismo como mero apêndice eleitoral). Nesse sentido, junho perdurará, a depender da agência das classes trabalhadoras nacionais continuar se manifestando nas ruas de modo participativo e aguerrido, como é adequado em sociedades brutalmente desiguais como a nossa, cujas carências não são passíveis de solução por meio das instituições ora vigentes.

Pelo menos é assim que parece indicar a observação da história da formação social brasileira sob o ângulo dos grupos tradicionalmente dominados e excluídos do país.

Referências

- AGÊNCIA BRASIL. 2016. “Data Popular: classes C e D veem impeachment como briga da elite”, 11 abr. 2016. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2016-04/classes-c-e-d-veem-debate-sobre-impeachment-como-briga-da-elite-diz>. Acesso em: 13 abr. 2018.
- BRINGEL, B.; PLEYERS, G. 2015. “Les mobilisations de 2013 au Brésil: vers une reconfiguration de la contestation”. *Brésil(s) – sciences humaines et sociales*, 7.
- CONTENTE, C. 2020. “A revolta como enigma. Conversa com Camila Jourdan”. *Presenza*, 07 jun. 2021. Disponível em: <https://www.pressenza.com/pt-pt/2020/06/a-revolta-como-enigma-conversa-com-camila-jourdan/>. Acesso em: 12 jun. 2020.
- CUCOLO, E. 2020. “Piketty diz que política econômica pouco ousada da esquerda favorece governo autoritário de direita”. *Folha de S.Paulo*. São Paulo, 09 dez. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/12/piketty-diz-que-politica-economica-pouco-ousada-da-esquerda-favorece-governo-autoritario-de-direita.shtml>. Acesso em: 30 jul. 2022.
- FARIA, T. 2021. “Bolsonaro redimiu o PT junto ao eleitorado.” *UOL*. São Paulo, 31 dez. 12 2021. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/tales-faria/2021/12/31/bolsonaro-redimiu-o-pt-junto-ao-eleitorado.htm>. Acesso em: 30 jul. 2022.
- IHU ON-LINE. 2015. “Nos governos Lula e Dilma a terceirização saltou de 4 milhões para 12,7 milhões de trabalhadores.” São Leopoldo, 15 abr. 2015. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/noticias/541795-nos>

governos-lula-e-dilma-a-terceirizacao-saltou-de-4-milhoes-para-127-milhoes-de-trabalhadores. Acesso em: 13 abr. 2018.

MIGUEL, L. F. 2021. “Apesar de seu governo catastrófico, Bolsonaro está mais forte que no início do mandato.” *Folha de S.Paulo*. São Paulo, 03 fev. 2021. Disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2021/02/apesar-de-seu-governo-catastrofico-bolsonaro-esta-mais-forte-que-no-inicio-do-mandato.shtml>. Acesso: 30/07/2022.

NOBRE, M. 2013. *Choque de Democracia – razões da revolta*. São Paulo: Companhia das Letras.

PELLEGRINI, M. 2015. “O governo Dilma é extremamente repressivo.” *Carta Capital*, 26 fev. 2015. Disponível em:

<http://www.cartacapital.com.br/politica/o-governo-dilma-e-extremamente-repressivo-4045.html>. Acesso em: 13 abr. 2018.

PERRIN, F.; PORTINARI, N. 2017. “Desigualdade de renda no Brasil não caiu entre 2001 e 2015, aponta estudo”. *Folha de S.Paulo*. 08 set. 2017.

Disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2017/09/1916858-desigualdade-no-brasil-nao-caiu-desde-2001-aponta-estudo.shtml>. Acesso em: 14 dez. 2018.

PERRUSO, M. A. 2023. *10 anos de junho de 2013 – da crise do lulismo à derrota de Bolsonaro*. Rio de Janeiro: Mauad X.

PERRUSO, M. A.; NARVAES, V. B. 2015. “Les journées de(puis) juin 2013.” *Brésil(s) – sciences humaines et sociales*, 7.

SAKAMOTO, L. 2021. “Bolsonaro copia Lula com desconto no Fies, Auxílio Brasil e transposição.” *UOL*. São Paulo, 31 dez. 2021. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/leonardo->

sakamoto/2021/12/31/bolsonaro-copia-lula-com-desconto-no-fies-auxilio-brasil-e-transposicao.htm. Acesso em: 30 jul. 2022.

- SANTOS, F. L. B.; PERRUSO, M. A.; OLIVEIRA, M. S. (Orgs.). 2020. *O pânico como política: o Brasil no imaginário do lulismo em crise*. Rio de Janeiro: Mauad X.
- SILVA, L. A. M. 2004. "Sociabilidade violenta: por uma interpretação da criminalidade contemporânea no Brasil urbano". In: *Sociedade & Estado*, 19 (1).
- SINGER, A. 2012. *Os sentidos do lulismo – reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo: Companhia das Letras.
- VELHO, D. R. A.; MORAES, F.; PERRUSO, M. A. 2018. "Junho de 2013 continua interpelando a intelectualidade brasileira". In: *(Syn)thesis*, 11 (2).